

A POLÍTICA LINGUÍSTICA DE INTERDIÇÃO: O CASO DOS DESCENDENTES DE IMIGRANTES ALEMÃES

Luciana Vargas Ronsani¹

Neila Drabach²

Resumo: O presente trabalho teve como objetivo analisar os efeitos de sentido da gestão educacional do Estado Novo (1937 a 1945) sobre as políticas linguísticas de promoção do ensino da língua portuguesa e, ao mesmo tempo, do silenciamento da língua dos descendentes de imigrantes alemães. Para tanto, buscou-se, através da história e legislação da educação, realizar uma análise dos períodos históricos que antecederam o Estado Novo para tentar compreender como ele se configurou e como ele foi determinante para a interdição/promoção das línguas.

Palavras-chave: Estado Novo; Políticas Linguísticas; Silenciamento das línguas.

Resumen: El trabajo tiene como objetivo analizar los efectos de sentido de la gestión educacional del Estado Nuevo (1937 a 1935) frente a las políticas lingüísticas de promoción de la enseñanza de la lengua portuguesa y, al mismo tiempo, del silenciamiento de la lengua de los descendientes de inmigrantes alemanes. Siendo así, se buscó a través de la historia y legislación de la educación llevar a cabo un análisis de los periodos históricos que antecedieron el Estado Nuevo para intentar comprender cómo él fue esencial para la interdicción/promoción de las lenguas.

Palabras-clave: Estado Nuevo; Políticas Lingüísticas; Silenciamiento de las lenguas.

Considerações iniciais

No espaço de enunciação da Vila Santa Catarina³, localizada no interior da cidade de Salvador das Missões-RS, os sujeitos descendentes de imigrantes alemães marcam suas subjetividades através do uso da língua alemã. Entretanto, no contexto escolar, em virtude da língua oficial, os mesmos sujeitos se significavam/significam como falantes de língua portuguesa.

Nesse sentido, no espaço de enunciação, as línguas são afetadas no seu funcionamento por condições históricas específicas (GUIMARÃES, 2003). De acordo com Guimarães (2003), as línguas funcionam segundo o modo de distribuição para seus falantes, ou seja, as línguas não são objetos abstratos que um conjunto de

¹ Mestre em Letras, luronsani@gmail.com.

² Mestre em Educação.

³ O foco deste trabalho é tratar do funcionamento de uma política linguística no espaço de enunciação constituído por sujeitos falantes de língua alemã e portuguesa, na localidade da Vila Santa Catarina/RS, todavia compreendemos que a mesma política produziu efeitos em outras localidades de descendentes de imigrantes.

peças em algum momento decide usar. Estas são, ao contrário, objetos históricos e estão sempre relacionadas inseparavelmente daqueles que as falam.

Somente trabalhando com o que delimita a significação destes sujeitos é que iremos entender a constituição dos mesmos. Em um espaço social, podemos perceber que a fronteira que delimita os dizeres dos falantes de alemão se constitui na e pela escola.

Esse espaço social da Vila Santa Catarina foi historicamente marcado por diferentes formas de atuação da gestão educacional quanto às políticas linguísticas. “As políticas linguísticas são iniciativas do Estado ou de uma entidade que disponha no seio do estado de certa autonomia política” (CALVET, 2007).

Nesse sentido, as políticas linguísticas se traduzem em um conjunto de tentativas internas e externas de regulação das práticas linguísticas de uma comunidade.

Com efeito, cabe a nós adentrar nesses dois campos: gestão educacional e políticas linguísticas, a fim de entender os espaços de enunciação da Vila Santa Catarina. Nessa comunidade, as línguas enunciadas, ora português, ora alemão, “apresentam outros sentidos que não se repetem em outros espaços de enunciação” (STURZA, 2006, p. 66). Entendemos que “os processos de gestão pressupõem a ação ampla e continuada que envolve múltiplas dimensões, tanto técnicas quanto políticas e que só se efetivam, de fato, quando articuladas entre si” (LÜCK, 2006, p. 31).

O trabalho tem por objetivo analisar os efeitos de sentido da gestão educacional no período do Estado Novo (1937 a 1945) sobre uma política linguística de promoção do ensino da língua portuguesa e, ao mesmo tempo, do silenciamento da língua dos descendentes de imigrantes alemães.

1 Uma retomada histórica das formas de gerir a educação atinentes à promoção/silenciamento das línguas

No Brasil, os primeiros registros da diferença entre as línguas relacionam-se ao período da educação jesuítica. Tomando a língua geral, os jesuítas encontraram, pela língua, uma forma de impor um modelo de educação que tinha por finalidade a catequização, ou seja, a conversão da população (predominantemente indígena) ao cristianismo.

Segundo Sangeris,

de fato, os jesuítas empreenderam no Brasil uma significativa obra missionária e evangelizadora, especialmente fazendo uso de novas metodologias, das quais a educação escolar foi uma das mais poderosas e eficazes. Em matéria de educação escolar, os jesuítas souberam construir a sua hegemonia. Não apenas organizaram uma ampla “rede” de escolas elementares e colégios, como o fizeram de modo muito organizado e contando com um projeto pedagógico uniforme e bem planejado, sendo o

No início do século XVI, a educação realizada pelos jesuítas encontrava-se calcada na tradição oral e ligada às necessidades de cada grupo: aprendia-se por meio da observação e do trabalho coletivo (BUNZEN, 2011). Conforme Bunzen (2011, p. 888), “a educação jesuítica foi bastante intensa entre 1549-1570, uma vez que as ideias pedagógicas do Padre Manuel de Nóbrega – compatíveis com o ideal colonizador e mercantilista – apostavam em formar um número maior de adeptos do catolicismo da colônia”.

Ao considerarmos que nos primeiros anos da colônia havia a presença de uma língua geral, sistematizada pelos jesuítas, que silenciava, de certa maneira, a(s) língua(s) dos indígenas, e do latim que fundava todo o ensino secundário e superior dos jesuítas (SOARES, 2002, p.157), inferimos que a educação, na época, trabalhava em prol do catolicismo e da “conquista” através da língua, ou seja, quanto mais sujeitos católicos falantes de uma mesma língua, mais sujeitos seriam educados para o cristianismo.

Dessa forma, o exercício de imposição da língua portuguesa representava a possibilidade de domesticação e absorção das diferenças de povos e culturas indígenas que se encontravam fora dos parâmetros do que se entendia como civilização na época (MARIANI, 2004).

Mariani (2004) sustenta que para a Igreja, sobretudo após o movimento conhecido como a Contrarreforma católica, o caminho mais direto para a expansão da evangelização realizava-se através da adoção do vernáculo local, no caso do Brasil, a utilização do tupi, a língua indígena majoritariamente falada na costa brasileira e que, nas primeiras décadas da colonização, era chamada de *língua brasílica*. A *língua brasílica* é então a língua designada como *geral* pelos jesuítas.

Conforme Ghiraldelli (2002), somos herdeiros de uma herança colonial escravocrata, em que no ‘ensinar’ jesuítico transparece uma imposição cultural eurocêntrica que marcaria os demais tipos de ensino que vigoraram: as aulas régias, as escolas do ‘ler e escrever’, etc.

A gestão da educação jesuítica também é pautada por um modelo de imposição, pois nas palavras de Fonseca e Menardi,

embora sujeitos a uma rígida hierarquia traçada detalhadamente pelo RatioStudioron, e apesar da abertura dada pelas *Constituições* com o objetivo de permitir adaptações, os jesuítas viram-se forçados pela realidade da colônia a introduzirem novos elementos, fazendo verdadeiras mudanças em suas orientações, de modo que se assegurassem a efetivação dos objetivos da Ordem. Embora possamos discordar desses objetivos e mesmo de certos métodos utilizados para alcançá-los, somos forçados a reconhecer os méritos da administração dos jesuítas que, sem dúvida, mostrou-se eficiente na busca de seus ideais (2010, p. 44).

Essa imposição nos faz lembrar que a Igreja também é considerada um aparelho ideológico do Estado. Aqui, o Estado é considerado como o responsável

por alicerçar o bem estar dos sujeitos que residem, convivem em um determinado lugar. Os Aparelhos Ideológicos do Estado, na visão de Althusser, “se referem a um certo número de realidades que apresentam-se ao observador imediato sob forma de instituições distintas e especializadas” (ALTHUSSER, 1985, p.68), os quais, diferentemente dos “aparelhos repressivos do estado”, como a polícia, atuam de forma pacífica, através das ideias e valores transmitidos. É esta definição que nos faz perceber que a gestão educacional estava ligada aos interesses dos jesuítas, representantes da Igreja Católica, cuja sede era em Roma, em catequizar por meio de uma língua geral e, assim, manter uma homogeneização social.

Com efeito, a gestão da educação, no período colonial, atendia aos interesses da sociedade da época. Entretanto, com o passar do tempo e com o aumento de “seguidores”, a forma de gestão jesuítica tornou-se uma ameaça/conspiração ao reino de Portugal.

Marquês de Pombal, pelas reformas que implantou no ensino de Portugal e de suas colônias nos anos 50 do século XVIII, teve a incumbência de intervir nas condições externas acima mencionadas (SOARES, 2002). Através de uma política linguística, Pombal, orientado pelo Reino de Portugal, tornou obrigatório o ensino de português no nosso país. Através dessa ação, impõe-se uma língua, o português, e silencia-se outra (s).

Conforme Mariani (2004), o caso da língua portuguesa frente às línguas indígenas é o da imposição da língua do conquistador. Essa imposição, no período colonial, significa a regulação jurídica das atribuições, direitos e deveres dos súditos de sua majestade, bem como a inserção de todos os portugueses em uma memória comum da hegemonia da língua portuguesa frente ao latim. A prática de uma só língua – português - seria uma maneira de constituir uma unidade nacional.

Nesse caso,

sempre foi máxima inalteravelmente praticada em todas as nações que conquistaram novos domínios, introduzir logo nos povos conquistados o **seu próprio idioma**, por ser indispensável, que este é um meio dos mais eficazes para desterrar dos povos rústicos a barbaridade dos seus antigos costumes e ter mostrado a experiência que, ao mesmo passo que se introduz neles o uso da língua do Príncipe, que os conquistou, se lhes radica também o afeto, a veneração e a obediência ao mesmo Príncipe (SOARES, 2002, p. 159) (grifo nosso).

Dessa forma, começa a funcionar nas escolas a língua portuguesa como língua de instrução. A escola, dessa maneira, é um aparelho ideológico que faz funcionar essa língua e, conseqüentemente, forma/constitui uma sociedade linguisticamente homogênea.

A língua portuguesa imposta para a colônia é uma língua com uma memória outra: a do português cristão, transposta para a colônia já com uma história e uma memória.

O silenciamento das línguas indígenas, da língua geral, é também o silenciamento da memória desses povos, de sua história. Nesse sentido, a língua portuguesa como língua de todos vai produzir um efeito homogeneizador resultante desse processo de colonização linguística que repercute ainda hoje no modo como se concebe a língua nacional no Brasil (MARIANI, 2004).

A Carta Régia de 1757, por exemplo, antes mesmo da expulsão dos jesuítas, já obrigava os colonos a ensinar aos povos indígenas a língua portuguesa, além de proibir o uso das línguas indígenas na colônia (BUNZEN, 2011). Esta carta é considerada como um marco da oficialização do português.

A oficialização do português produz efeitos de sentido sobre a unidade nacional, ao ter uma língua que é de todos e ao torná-la obrigatória na escola. Nessa direção, a escola implementa a política do Estado, que é a da oficialização de uma língua, e faz funcionar em seu currículo a língua portuguesa como língua nacional.

A forma de gerir as línguas também afeta as políticas curriculares, as quais “resultam de complexas decisões que derivam tanto do poder político oficialmente instituído, quanto dos atores com capacidade para intervir, direta ou indiretamente, nos campos de poder em que estão inseridos” (PACHECO, 2011, p. 380)

Através das políticas curriculares, a língua portuguesa adentra na escola como mecanismo de alfabetização, leitura e escrita e se consolida como componente curricular até os dias de hoje.

2 A gestão educacional do Estado Novo: o ensino obrigatório em língua portuguesa e seus efeitos de sentido

Com a chegada de Getúlio Vargas no poder provisório, em 1930, e com o Ministério da Educação já estruturado, a gestão educacional da época passa a apresentar dispositivos que organizam a educação nacional, mediante especificação de um plano nacional de educação, de competência do Conselho Nacional de Educação (DEMARCHI, s/d). Percebemos que nesta forma de gestão, a educação ganhou um novo tipo de organização, tendo em vista a criação do Ministério, dos Conselhos Estaduais de Educação e do Conselho Nacional da Educação.

Com a ascensão de Getúlio Vargas à presidência e a instauração do Estado Novo, em meados da década de 1930, as línguas ditas "estrangeiras" foram fortemente coibidas. A campanha de nacionalização visava interditar a prática das línguas de imigração e, ao mesmo tempo, promover uma língua nacional (CAMPOS, 2006).

O governo ditatorial de Vargas estabeleceu uma política educacional com ideias nacionalistas que cultuava a Pátria e as tradições. Saviani (2004), enfocando a história da escola pública no Brasil, propõe que se encare o período de 1931 a

1961 como aquele da regulamentação nacional do ensino e do ideário pedagógico renovador.

Entendemos que a política de Getúlio Vargas “implica legitimar algumas práticas e expurgar outras que ameaçam seu projeto político, para tanto, o governo cria um discurso de um país miscigenado, unido por uma única língua” (GAELZER, 2011, p.145). Esta orientação nacionalista refletiu-se nas escolas públicas principalmente com o Decreto-Lei nº 406, de 4 de Maio de 1938, que proibiu a língua estrangeira em contexto escolar. A gestão educacional do Estado Novo, através do seu aparelho ideológico, a escola, trabalhou para a interdição da língua alemã e, conseqüentemente, para a nacionalização do país através da língua portuguesa. A construção de uma consciência nacionalista se deu, essencialmente, através dos meios de comunicação e da educação.

Entretanto, conforme nos explica Campos (2004, p.18),

os textos de descendentes de imigrantes, em geral, não respeitavam as pretensões governamentais, porque a maioria dos grupos ainda permanecia ligada social, cultural e emocionalmente ao país de origem, persistindo no uso da língua materna. Outros grupos, apesar das tentativas de uso da língua nacional em suas práticas cotidianas, não conseguiam expressar sentimentos e emoções íntimas em português.

Sob o argumento de uma “política de integração”, dentre as práticas atingidas pelas campanhas nacionalistas, o ensino primário foi alvo de maior atenção. O argumento dado pelo governo da época, em 1937, foi o de iniciar a obra de nacionalização pela infância, para garantir no futuro as bases econômicas e ideológicas da consciência nacional (PAYER, 2006, p.92).

Dessa forma, os sujeitos, no período do Estado Novo, passaram a conviver com formas de silêncio (ORLANDI, 2007). Para Orlandi (2007, p.61), “não se trata, aqui, de falar do silêncio da imagem, do silêncio da paisagem ou do mar. Nós nos propomos a falar do silêncio que significa em si mesmo. Com ou sem palavras, esse silêncio rege os processos de significação”. Ainda, segundo a autora (ORLANDI, 2007), o significado do silêncio não é simplesmente o não dito para significar, mas sim o próprio significante.

O contexto de difusão do idioma nacional é marcado por uma política de nacionalização imposta pelo presidente Getúlio Vargas, “cujas ações de repressão e controle incidiram diretamente nas práticas linguísticas da população das colônias” (PARCIANELLO, 2011, p.12). A função de modificar o status de uma língua é do Estado e das instituições e órgãos que o representam como um todo (STURZA, 2009).

O discurso nacionalista e o modo de gerir a educação representaram para o Estado uma unidade política, social e cultural no Brasil, entretanto, sabemos que na prática a situação vivenciada pelos imigrantes foi diferente. A fronteira imposta através da escola, a qual funciona/funcionou como aparelho ideológico do Estado (ALTHUSSER, 1985) proibindo as línguas “estrangeiras”, limitava simbolicamente a

língua do outro, pois sabemos que, naquela época, as línguas passaram por um processo de interdição/silenciamento. Porém, elas não foram completamente apagadas, pois alguns sujeitos ainda praticam a língua interdita.

Com isso, a Campanha de Nacionalização, das décadas de 1930 e 1940, provocou mudanças na relação dos sujeitos com as línguas que falavam. Assim, a linguagem não se resume apenas à comunicação e à transmissão de pensamentos, posto que há muitas situações de uso da língua para as quais o sujeito emprega com o simples propósito de manter o diálogo, como explica Benveniste (2006). Segundo o autor, “cada enunciação é um ato que serve o propósito de unir o ouvinte ao locutor por algum sentimento, social ou de outro tipo” (2006). Em relação ao que o autor menciona, neste espaço comunitário da Vila Santa Catarina/RS, a (s) língua (s) significa (m) o sujeito em toda a sua amplitude e em todos os momentos.

2.1 A escola funcionando como aparelho ideológico do Estado

Como citamos, um dos aparelhos ideológicos do Estado (AIE) usado para proibir a circulação da língua alemã e fortalecer o ensino da língua nacional – o português – foi a escola. Conforme Althusser,

os aparelhos ideológicos do Estado não se confundem com o aparelho (repressivo) do Estado. Lembremos que, na teoria marxista, o aparelho de estado (AE) compreende: o governo, a administração, o exército, a política, os tribunais, as prisões etc., que constituem o que chamaremos a partir de agora de aparelho repressivo do Estado. Repressivo indica que o aparelho do Estado em questão “funciona através da violência” – ao menos em situações limites (pois a repressão administrativa, por exemplo, pode revestir-se de formas não físicas. (ALTHUSSER, 1985, p.69)

Entendemos que os aparelhos ideológicos do Estado funcionam/constituem-se de forma ideológica, ou seja, unificam a sua diversidade. A escola, na Era Vargas, funcionou como AIE no sentido de homogeneização linguística em prol de uma ideologia dominante.

Logo abaixo, apresentamos um recorte do decreto que cita a proibição da língua alemã, no Brasil:

Art. 85. Em todas as escolas rurais do país, o ensino de qualquer matéria será ministrado em português, sem prejuízo do eventual emprego do método direto no ensino das línguas vivas.

§ 1º As escolas a que se refere este artigo serão sempre regidas por brasileiros natos.

§ 2º Nelas não se ensinará idioma estrangeiro a menores de quatorze (14) anos.

§ 3º Os livros destinados ao ensino primário serão exclusivamente escritos em língua portuguesa.

§ 4º Nos programas do curso primário e secundário é obrigatório o ensino da história e da geografia do Brasil.

§ 5º Nas escolas para estrangeiros adultos serão ensinadas noções sobre as instituições políticas do país.

Art. 86. Nas zonas rurais do país não será permitida a publicação de livros, revistas ou jornais em línguas estrangeira, sem permissão do Conselho de

Imigração e Colonização.

Art. 87. A publicação de quaisquer livros, folhetos, revistas, jornais e boletins em língua estrangeira fica sujeita à autorização e registro prévio no Ministério da Justiça. (BRASIL, Decreto-lei n. 406 de maio de 1938)

A interdição da língua alemã na escola fez com que vários alunos deixassem de falar a língua dos pais e avós. Esse acontecimento é justificado pela política de nacionalização do Governo Vargas exposta no Decreto acima. Dessa forma, o fato de os alunos não conseguirem comunicar-se por meio da língua portuguesa, ou de não a compreenderem, era totalmente desconsiderado no processo de ensino (PARCIANELLO, 2011, p. 47).

O Estado, na tentativa desta homogeneização linguística, e, conseqüentemente, de reproduzir sua ideologia, tentou “salvaguardar e garantir a unidade nacional” (PARCIANELLO, 2011, p. 47). O autor ainda afirma que na enunciação o sujeito se marca pela sua história, e sua história se constrói, dentre outros elementos, na língua e pela língua.

Dessa forma, os descendentes de imigrantes alemães são constituídos por outra ideologia, a “não dominante”, a que “sobrevive” à interdição imposta pelo Estado, pois os descendentes, por ainda se significarem em língua alemã, nos fazem compreender que a língua não foi apagada, mas sim, silenciada. Nesse sentido, a língua não morre para o sujeito, mas constitui a memória (da língua). (PAYER, 2006)

O processo de nacionalização do século XX, com o governo Vargas, teve como consequência o ressurgimento, aos olhos do Estado, de uma língua estrangeira nos currículos escolares.

A língua alemã nas escolas, no período do pós-nacionalismo, regressa como língua estrangeira para o currículo escolar em 1961, com a implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 4.024.

Assim, a nacionalização do ensino de português e da interdição das línguas dos imigrantes funciona como uma medida política de instauração do monolinguísmo. Porém, esta medida não anula a língua dos sujeitos imigrantes, pois ela os constitui. Segundo Benveniste (2006), é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito. A subjetividade é então a capacidade do locutor para se propor como sujeito, como uma unidade psíquica. O fundamento da subjetividade é determinado pelo status linguístico da pessoa, ou seja, a linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como sujeito remetendo a ele mesmo como eu no seu discurso, e por isso eu propõe outra pessoa: o tu; nenhum se concebe sem o outro, são complementares (BENVENISTE, 2006).

Considerações finais

Como vimos, a gestão educacional tinha a incumbência de manter a língua portuguesa com maior prestígio, visto que é a língua nacional, a língua pela qual vários sujeitos se significam. Tal característica é assegurada através de políticas linguísticas que promovem ou silenciam as línguas, dependendo do interesse de cada momento histórico.

Nesse sentido, vimos que a gestão educacional produz efeitos de sentido sobre as políticas linguísticas. A gestão no Estado Novo materializa a interdição da língua dos descendentes de imigrantes alemães, através da proibição, indireta, do seu uso nos espaços de enunciação e promove a língua portuguesa, pois é a língua oficial, a língua que constitui a maioria dos brasileiros.

A partir dessa retomada do funcionamento da gestão educacional ao longo da trajetória educacional brasileira, é possível entender que, em cada época, os interesses na área da educação sempre remeteram aos do Estado. Além disso, compreendemos que a gestão educacional também estava atrelada às políticas linguísticas.

Assim, interpretamos que a política educacional, entendida como ação que o governo realiza/não realiza frente à educação, por si só, não garante a prática da valorização da diversidade linguística - neste caso, a língua dos descendentes de imigrantes alemães. É necessária ainda uma mudança na questão prática, tendo em vista a promoção da língua, através da inclusão no currículo escolar de uma disciplina voltada para o ensino da língua local, de atividades que valorizem a cultura e a história dos imigrantes.

Referências

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de estado. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

BENVENISTE, É. **Problemas de Linguística Geral I**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2006.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 406, de 04.05.1938**. In: Lex- Coletânea de Legislação. São Paulo: Lex Ed. Ltda, 1938.

BUNZEN JR., C dos S. **A fabricação da disciplina escolar Português**. Rev. Diálogo Educacional, Curitiba, 2011.

CALVET, L.- J. **As Políticas Linguísticas**. SP: Parábola, 2007.

CAMPOS, C. M. **A política da língua na Era Vargas – Proibição do falar Alemão e Resistência no Sul do Brasil**. 1998. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

DEMARCHI, C. **Autonomia do direito educacional**. Disponível em: <<http://www2.univali.br/revistaREDE/rede2/artigos/artigo1.doc>>. Acesso em: 23/10/2013.

FONSECA, S. M.; MENARDI, A. P. A administração escolar no Brasil colônia. In: ANDREOTTI, A.; LOMBARDI, J. C.; MINTO, L.W. **História da Administração escolar no Brasil**. Campinas, SP: Alínea, 2010.

GAELZER, V. **A Identidade do Imigrante alemão**: a língua, elemento simbólico de identificação. In: Linguagem– Estudos e Pesquisas: Catalão-GO, 2011.

GHIRALDELLI JÚNIOR, P. **A filosofia da educação na escola brasileira contemporânea**. In: Vale, J. M. F. (Org.). Escola pública e sociedade. São Paulo: Saraiva, 2002.

GUIMARÃES, E. **Semântica do Acontecimento**. São Paulo: Pontes, 2003.

LÜCK, H. **Gestão educacional**: uma questão paradigmática. Série cadernos de gestão. v, 1 Petrópolis: Vozes, 2006.

MARIANI, B. **Colonização Lingüística. Língua, Política e Religião no Brasil (Séculos XVI a XVIII) e nos Estados Unidos da América (Século XVIII)**. Campinas: Pontes, 2004.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

PACHECO, J. A. **Políticas curriculares** (Coleção Currículo, Políticas e Práticas). Porto: Porto Editora, 2011.

PARCIANELLO, J. **O dizer na e sobre a língua de sujeitos descendentes de imigrantes italianos e a fronteira enunciativa**. Dissertação de mestrado. UFSM, 2011.

PAYER, M. O. **Memória da Língua. Imigração e nacionalidade**. São Paulo, Ed. Escuta, 2006.

SANGENIS, L. F. C. Franciscanos na Educação Brasileira. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. **Histórias e Memórias da Educação no Brasil – Vol. I – Séculos XVI-XVIII**. Petrópolis: Editora Vozes, 2004. p.93-107.

SAVIANI, D. **O Legado Educacional do Século XX no Brasil**. São Paulo: Autores Associados Ltda., 2004.

SCHUMM, G. As regulamentações do Estado Novo e seus efeitos de sentido. In: **Web Revista Discursividade**. 2012. Disponível em: <<http://www.discursividade.cepad.net.br/EDICOES/09/Arquivos/Schumm.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2013.

SOARES, M. **Português na escola**. História de uma disciplina curricular. São Paulo: Loyola, 2002.

STURZA, E. R. **Línguas de Fronteira e Política de Línguas. Uma História das Ideias Linguísticas**. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.